3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23 24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34 35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47 48

## Ata nº. 032/2014

Aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, às nove horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal do Idoso do Município de Porto Alegre. sito Rua Uruguai, 135, 9º andar - Centro de Porto Alegre, sob coordenação da Sra. Dilciomar Rodrigues Teixeira e na presença dos **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE** CIVIL: Dilciomar Rodrigues Teixeira - ANAPPS; Adão Alcides Zanandrea - ACELB -Associação de Cegos Louis Braille: Paulo Sérgio Leite Beccon - SPAAN - Sociedade Porto Alegrense de Auxílio aos Necessitados; Lorena Mitter - Associação da Maturidade Chão de Estrelas; Cristina Pozzer Mesquita – Asilo Padre Cacique; Ângelo José Gonçalves Bos – Instituto de Geriatria e Gerontologia da PUC/RS; Nilo Pires – Grupo Nossa Senhora da Fátima - 3ª Idade; Lúcia Helena Bastos Maschke -Associação dos Ferroviários; Geneci Terezinha dos Santos de Souza - Amparo Santa Cruz; Juliana Crusius - Sociedade Espírita Casa Maria de Nazaré; Marli Araújo Silva -AFINCO; Léo Fernando Prondzynski - Grupo da Longevidade Viva a Vida; e Valci Paulo Hass - SINDNAPI - Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos. CONSELHEIROS DO GOVERNO: Roberto Rodrigues - SMS; José Paulo Giacomoni - SME; Sílvio Juramar Leal e Melissa Trombini Pedroso - Direitos Humanos/Secretaria Adjunta do Idoso; Liane dos Santos – SMC; Alda Arruda Bisso – **SMED**; e Carina Adriane Gut – **SMGL**. **FALTAS JUSTIFICADAS**: Maria da Graça Furtado e Maria Anira Cuty - FASC. Após assinatura da lista de presencas foram abertos os trabalhos. SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS: Bom dia. Em primeiro lugar, cumprimentar ao Dr. Ângelo Bos, por ter sido aprovada a sua solicitação de bolsa por um peridoo bastante longo, vai voltar japonês. Então, em nome do COMUI tenho certeza que todos estamos felizes, por isso peço uma salva de palmas. (Aplausos da plenária). SR. ÂNGELO JOSÉ GONÇALVES BOS - Instituto de Geriatria e Gerontologia da PUC/RS: Obrigado. É uma bolsa de pós-doutorado, serão 06 meses, o que para mim é pouco, porque o primeiro eu fui para ficar 01 ano e acabei ficando 03 anos. Desta vez eu me comprometo a ficar só 06 meses mesmo. A gente vai estar participando do estudo que o pessoal realiza em Tóquio, eles têm um hospital geriátrico lá e a gente vai estar vendo como estão aparelhando a saúde dos idosos. Vamos em duas pessoas para acompanhar esse estudo. Vai ser muito interessante. SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS: Mais uma vez, meus parabéns. Esperamos que o senhor traga muita novidade de lá. Bem, como primeira pauta nós temos o Gustavo Nordlund. O que aconteceu foi o seguinte: na última reunião não tínhamos *quorum* para aprovação. (Resolução nº 030 – resolve aprovar a ajuda de custo para a Entidade Asilo de Amparo à Velhice Gustavo Nordlund no valor de R\$ 102 mil, o repasse será de R\$ 6 mil mensais até dezembro de 2015, sendo a primeira parcela de R\$ 30 mil. Esta resolução revoga a Resolução nº 015/2014). Esta resolução que queremos aprovar ou não é unicamente para resolvermos aquele problema que vem se arrastando e que é criar do COMUI. Agora a nossa conselheira nos trás um assunto, que vou passar a ela. Por favor, Lorena. SRA. LORENA MITTER - Associação da Maturidade Chão de Estrelas: A Comissão de Projetos esteve analisando esse trabalho do Gustavo e encontramos algumas coisas que o parecer não está claro, e se estiver claro é meio contra o nosso trabalho aqui, que é em termos aos cartões de benefício dos internos, das três pessoas que estão lá. O Gustavo Nordlund vai ficar com esses cartões retidos, tipo uma poupança, durante todo o período que ficarem internadas ali. Eles especificam que é para alguma emergência, algum tipo de tratamento. O que não ficou claro é que a

instituição só pode ficar com 70% da renda o interno. Aqui, ao que parece, é 100%, não terão retorno de 30% nenhum. Não podemos aprovar, isso é contra. SR. ADÃO ALCIDES ZANANDREA - ACELB - Associação de Cegos Louis Braille: Eu entendi que não eram três vagas nominais para aqueles três cidadãos que estão lá, são vagas. Eu tinha entendido isso, vaga permanente, se surgirem pessoas em situações vulneráveis, que poderão ocupar as vagas. É isso que eu quero entender, não é nominal a esses três cidadãos, são vagas para pessoas que se saírem aqueles, através da FASC encaminhariam outros. Eu entendi isso, não sei. Como é isso? SRA. LORENA MITTER -Associação da Maturidade Chão de Estrelas: São só os três, até porque é o COMUI que está repassando esse dinheiro. SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA -ANAPPS: Não, não repassou nada. SRA. LORENA MITTER - Associação da Maturidade Chão de Estrelas: Ficou uma coisa assim, porque o cartão de benefício fica com um familiar ou com um curador, não é? Não em poder da instituição. Aí não se sabe que dinheiro entrou, o que recebeu. Está meio estranho isso. SR. ADÃO ALCIDES ZANANDREA - ACELB - Associação de Cegos Louis Braille: Esses dias o Ministério Público encaminhou uma senhora de 81 anos, cega, surda e doente mental. Ela estava lá quebrando roupeiro. Pediram que eu fosse falar com o Ministério Público. Eu levei por escrito que qualquer incidente, lesão a funcionários, a responsabilidade é do Ministério Público. Ela está há dois meses e eu assumi como curador dela, porque a pessoa que colocou ela lá não pagava e recebia as duas aposentadorias. Eu pressionei o Ministério Público e eu figuei como curador, o responsável. Tem essas nuanças que às vezes o Ministério Público faz, determina. SRA. CRISTINA POZZER MESQUITA - Asilo Padre Cacique: É padrão, é normal, se a pessoa está interditada, o Ministério Público pode determinar, se a entidade é responsável por ela, é obrigado a ter o dinheiro em poupança. Tem que ser depositado. O Asilo Padre Cacique fica com 70% do que o Ministério Público diz, o Ministério Público vai em cima das organizações, porque é até 70% do rendimento, o restante é obrigado a estar em uma poupança. Uma vez por ano nós temos que prestar conta desse dinheiro que está aplicado. Tem a mostrar a conta do banco, os rendimentos, tem que mostrar tudo. Eu só não entendi, gostaria de entender porque ela coloca isso no projeto. Ela colocou isso no projeto, que vai ficar? SRA. LORENA MITTER - Associação da Maturidade Chão de Estrelas: Ficou estabelecido que uma vez a cada 90 dias ela teria que prestar contas em relação a esses idosos, aí ficou estabelecido isso. SRA. CRISTINA POZZER MESQUITA - Asilo Padre Cacique: É, se a entidade fica com o total do benefício, tem que receber e depositar os 30% em uma poupança e prestar contas ao Ministério Público. SRA. LORENA MITTER -Associação da Maturidade Chão de Estrelas: Está aqui: "Fica acordado mediante compromisso firmado na data de 30/07 corrente, em reunião do Conselho Municipal do Idoso, o valor do repasse será de R\$ 6 mil mensais, valor esse utilizado de acordo com a necessidade e os gastos com idosos e prestado conta mensalmente dos mesmos. podendo ser devolvido valores que não foram utilizados no projeto. Os idosos não terão obrigação de contribuir para as despesas, tais como água, luz, entre outras despesas ordinárias. Será incentivado que cada morador possa fazer uma reserva ainda através de uma conta bancária nesse sentido. O cartão magnético da conta do benefício dos idosos ficará em posse da instituição para fins de salvaguardar os valores recebidos pelo idoso para que não sejam utilizados por terceiros e sim acumulados para eventuais gastos extraordinários, como hospitalização, tratamento e consumos particulares, o que não serão atendidos pelo recurso do Conselho Municipal do Idoso. Na hipótese de passando o prazo de 02 anos do conveniamento, não havendo a renovação do mesmo". SRA. CRISTINA POZZER MESQUITA - Asilo Padre Cacique: Eu acho que esse é o procedimento normal, as instituições ficam com o cartão magnético do morador. Tem

49

50

51 52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93 94

95

96

97

muitos idosos dentro do Padre Cacique que tem uma reserva, porque a instituição fornece tudo que a pessoa precisa, dificilmente eles gastam aquele valor dos 30%, aí usa-se em uma eventualidade com a própria pessoa. Por exemplo, uma cadeira de rodas, nós usamos de um morador que tinha um recurso guardado, que não ia usar, estava na poupança, não se tinha recurso disponível para isso, utilizamos o recurso dele para isso. Então, para mim é claro, o recurso que o COMUI vai passar para as despesas. E esses valor que eles recebem do benefício não vai ser usado, vai ficar como uma reserva. Para mim é um procedimento normal. SR. PAULO SÉRGIO LEITE BECCON - SPAAN -Sociedade Porto Alegrense de Auxílio aos Necessitados: A Cristina tem razão. Lá na SPAAN fica 70% e os 30% vão para uma poupança. Se o idoso falecer vai para um parente aqueles 30%, o que tenha direito a herança. Isso aí dá cadeira. SRA. LORENA MITTER - Associação da Maturidade Chão de Estrelas: É contra o estatuto do idoso a retenção do cartão. SRA. CRISTINA POZZER MESQUITA - Asilo Padre Cacique: Não é no sentido de reter o cartão. É no sentido de ficar com o cartão e receber. SR. PAULO SÉRGIO LEITE BECCON - SPAAN - Sociedade Porto Alegrense de Auxílio aos Necessitados: Inclusive, tem que renovar a procuração com os bancos, que seguidamente mandam. Não sei se é de 06 em 06 meses. SRA. CRISTINA POZZER MESQUITA - Asilo Padre Cacique: Em muitas situações é preferível que o cartão figue na instituição do que figue com um familiar, porque atrasam os pagamentos, fazem empréstimos. Hoje é mais garantido. SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA -ANAPPS: Ficou aprova que o Gustavo nos enviasse um relatório de 03 em 03 informando se essas pessoas estavam vivas. Ela fala aí e justifica. Seu Adão, havendo o falecimento extingue-se. Houve o questionamento da FASC aproveitar para outras pessoas, mas foi resolução da maioria que se extinguiria. (Falas concomitantes em plenária). SR. SÍLVIO JURAMAR LEAL - Direitos Humanos/Secretaria Adjunta do Idoso: Esse parecer está sendo dado por quem? SRA. LORENA MITTER - Associação da Maturidade Chão de Estrelas: Pela equipe... SR. SÍLVIO JURAMAR LEAL -Direitos Humanos/Secretaria Adjunta do Idoso: Roberto, ocupa o meu tempo e esclarece. SR. ROBERTO RODRIGUES - SMS: Agradeço. Na verdade, o uso do cartão tem uma regra um pouco mais rígida, mas não é o núcleo da nossa dúvida. A instituição colocou em projeto que seria um contrato com o COMUI, que eram os direitos, deveres e obrigações bilaterais da instituição conosco e do COMUI à instituição, colocando os elementos. Essa é a intenção do cartão. Eu não vou entrar no mérito se isso é lícito ou não, porque isso não é pauta do COMUI. As nossas aprovações são integrais, mas se aceitarmos como está estaremos autorizando que a instituição faça essa retenção. Ainda acho que não é objeto do COMUI. A questão cartão não é objeto da relação que o COMUI possui com a instituição. SR. ÂNGELO JOSÉ GONÇALVES BOS - Instituto de Geriatria e Gerontologia da PUC/RS: Só uma pergunta, existe uma conta para cada idoso? SRA. CRISTINA POZZER MESQUITA - Asilo Padre Cacique: Todos idosos são interditados. Nós temos que abrir uma conta no nome do curador, porque a pessoa ficou interditada. É um processo, registrado em cartório. Uma vez por ano, se não mandarmos a prestação de contas o Ministério Público cobra. Esse dinheiro fica na conta, se o idoso vem a falecer só um familiar pode retirar, a instituição não pode. Inclusive, já tentamos junto ao Ministério Público quando a pessoa é sozinha, não tem ninguém, a instituição prestou todo atendimento, não utilizou o recurso dela; mas não, fica para o governo aquele dinheiro. Agora, os idosos que não são interditados, a pessoa ingressa, tem o seu cartão e senha, se ela não quiser mais ir ao banco, não tem ninguém, o asilo fica com o cartão, ele recebe mensalmente, chama a pessoa, entrega o cartão com recibo bancário de que recebeu tanto, ele mesmo já vai fazer a contribuição na instituição, os 70%, o restante é entregue a ele. SR. PAULO SÉRGIO LEITE BECCON - SPAAN - Sociedade

99

100

101

102

103

104

105

106

107108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120 121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131132

133

134

135

136

137

138 139

140

141

142

143

144

145

146

Porto Alegrense de Auxílio aos Necessitados: Isso é uma lei federal, está acima de qualquer estatuto, são 70% para a instituição e 30% depositado. É lei, pronto. SRA. **DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS:** Ficou bem claro, o Roberto esclareceu. Ficou uma dúvida, a comissão vai entrar em contato com a instituição para que retire aquele item e seguirá o trâmite normal. (Falas concomitantes em plenária). Então, vamos nos ater à pauta. Gente, quem está de acordo de que haja essa desvinculação, uma coisa é projeto, outra coisa é resolução, levantem a mão: 16 votos. Alguma abstenção? Algum voto contrário? Nenhum voto contrário. Está APROVADA a Resolução nº 030/2014. Agora nós queremos a aprovação dos senhores da resolução no valor de R\$ 500,00 para mandarmos fazer os cartões. É o seguinte: nós não vamos poder fazer aquela prestação de contas e não vamos poder fazer o seminário. A prestação de contas, teve problemas com a filmagem, nenhuma empresa quis para organizar em tão pouco tempo, nós resolvemos cancelar, mas temos que prestar contas. Isso é lei, nós somos responsáveis, são quatro responsáveis, o primeiro responsável são os quatro que encaminham, o segundo responsável é o pleno que aprova, o terceiro o Bos e a Dilce, o quarto é a Governança. É assim que funciona. Então, nós temos que fazer uma prestação de contas para encaminhar às secretarias, Tribunal de Contas. Aquela prestação de contas apresentada o dia que o Prefeito esteve aqui, vamos atualizar aquela, bem direitinho, tudo. Somos responsáveis pela nossa administração. Nós pensamos em fazer um cartão elegante, que vai ser feito pela nossa Comunicação, e mandar para os empresários, que seria um convite para que creditem no Fundo, participem, recebendo a prestação de contas. Nós não temos o que apresentar, os senhores terão que confiar em nós, será feito pela Governança. Isso será feito, precisamos fazer, não queremos ser responsáveis por não fazer a prestação de contas. Então, estamos passando pelos senhores. (Houve concordância do Pleno). Em relação ao seminário, ele é importante para todos nós, as coisas acontecem ao seu tempo. Nós conseguimos tudo, o espaço, alimentação de alto nível, nos restaurantes do entorno, um mini coffee breack para a manhã e tarde. O Sr. Pastorini fez um material para apresentar, mas sentimos que não teríamos um número de presencas devido ao período e interromper as férias é difícil. O que eu não quero para mim não vou fazer para os outros. Então, ficou para meados de março. Vai acontecer, só transferimos. Hoje figuei 3 horas ali na Governança, estávamos discutindo as férias coletivas do COMUI, da sociedade civil. Eu não queria fazer isso sem estarmos embasados. Então, a parte administrativa aqui, o nosso secretário, gerente, assistente, tudo, vai continuar, o Jader e sua assessoria, mais esta menina, de maneira de que nunca deixemos de ter pessoas aqui atendendo no horário, das 9 às 16 horas, que é o horário de pico dos idosos virem. Tem que ser aprovado pelo Pleno para que tenhamos, que seria a partir da próxima semana até janeiro. Eu gostaria que fosse até depois do carnaval, porque até lá nada funciona. Tem entidades que vão trazer projetos e tem que ter uma resposta, uma resolução. Vamos tentar mais uma reunião, a próxima semana, se os senhores concordarem. SR. ROBERTO RODRIGUES - SMS: Uma sugestão, que nesse período de recesso talvez um ou dois conselheiros pudessem ficar de plantão. SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS: É um risco, porque não vamos ter respaldo do Pleno. Ou saímos todo, ou não saímos, porque os que ficarem não poderão decidir. SR. ÂNGELO JOSÉ GONÇALVES BOS - Instituto de Geriatria e Gerontologia da PUC/RS: Eu fico um pouco preocupado, porque serão quase dois meses. O Instituto de Geriatria enviou um projeto grande e não sei se vai ser levado à pauta hoje ou não. Eu acho que nós temos que pensar além, se é preciso esse período. Nós temos um bom número de semanas em dezembro também. Nós temos projetos também que não estão conseguindo captar recursos, mas é uma preocupação. Eu acho que temos que fechar de 20/12 a 20/01, 30

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160 161

162

163

164 165

166

167

168

169

170 171

172

173174

175

176

177

178

179

180

181

182

183 184

185

186 187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

dias. SR. JOSÉ PAULO GIACOMONI - SME: São colocações bastante importantes, considerando que as entidades estão necessitando dos projetos. Então, que a gente faça um levantamento de quem vai tirar férias e dividir a turma. Agora, realmente, nessa época para todo mundo, mas acho que não parar definitivamente, porque pegaria muito mal para a sociedade, para os empresários, porque os idosos necessitam de busca, de informações. Eu sou um que em fevereiro vou estar de férias, já ficaria de fora das discussões. Eu me coloco à disposição para ficar em janeiro. SR. SÍLVIO JURAMAR LEAL - Direitos Humanos/Secretaria Adjunta do Idoso: Na verdade, eu concordo com o Ângelo com os 30 dias, seria o ideal. Em relação à apresentação de projetos não tem problema, a partir de agora ninguém mais vai conseguir mandar projeto. O trâmite normal do projeto vai levar 30 dias. (Falas concomitantes em plenária). SR. PAULO SÉRGIO LEITE BECCON - SPAAN - Sociedade Porto Alegrense de Auxílio aos Necessitados: Gente, vamos tirar o conto de fadas da mente, quem doa não é porque é bonzinho com a instituição, quem doa é porque vai receber de volta em maio esse dinheiro. Então, os empresários vão doar até 29/12. Imaginem 1% do Banco Itaú. Porto Alegre tem R\$ 290 milhões todos os anos para serem captados aqui e vai tudo lá para cima, porque não temos projetos para captar esse dinheiro. Nós só não podemos sair daqui com coisa para trás. Agora, um projeto, ah, é como disse o Bos, tem projeto e não captou um mil réis, não tem necessidade. SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA -ANAPPS: Ok. Vamos dar andamento à reunião. SR. ROBERTO RODRIGUES - SMS: Assim, eu acho perigoso o que tu colocaste, Beccon, porque esta tua fala descontinuiu todo o Conselho, a nossa importância dentro desta comissão parte da lisura dados os projetos que as entidades encaminharam. No momento em que tu colocas que não tem necessidade nenhuma invalida um projeto. Quem faz o projeto tem dificuldade? Concordo em gênero, número e grau com tudo que tu falaste, mas quando tu falas que não necessita passar, aí já me preocupa. SR. PAULO SÉRGIO LEITE BECCON -SPAAN - Sociedade Porto Alegrense de Auxílio aos Necessitados: Entendeu mal, não foi isso que eu disse. SR. ROBERTO RODRIGUES - SMS: Tomara que eu tenha entendido mal. A fala do Beccon desconstituiu o Conselho, que é uma entidade e atende o que a instituição solicita e que vai repassar o recurso. SR. PAULO SÉRGIO LEITE BECCON - SPAAN - Sociedade Porto Alegrense de Auxílio aos Necessitados: Não, é o seguinte: eu não disse nada. É cada um na sua. SR. ROBERTO RODRIGUES -SMS: E qual é a do Conselho? SR. PAULO SÉRGIO LEITE BECCON - SPAAN -Sociedade Porto Alegrense de Auxílio aos Necessitados: A do Conselho é ver se vai beneficiar o idoso, é isso. Agora, não pode ser muito mais do que isso. (Falas concomitantes em plenária). O Conselho não tem autoridade para medir o tamanho do meu projeto. Nós temos a ideia de construir um hospital dentro da SPAAN. E aí, sabe quanto vai sair esse hospital? São R\$ 140 milhões. Aí o Conselho diz que não, vai dar vinte, não sai nem a enfermaria. Então, quem sabe do tamanho do meu projeto sou eu. Como que eu vou justificar o uso está lá em cima, na prestação de contas. SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS: Na verdade, os dois estão certos. Dependendo a instituição, ela tem um raio de alcance, dependendo quem faz a captação da instituição tem um raio de alcance. O Beccon saiu de uma instituição grande e foi para outra grande. Então, a linguagem dele é de quem tem uma trajetória. A Cristina tem o respaldo de uma instituição centenária. Então, fica mais fácil. Agora, tem uma lei simples que diz que para usar o Fundo precisa do COMUI. Por exemplo, o Bos está superpreparado, mas quer mais conhecimento, nós também temos que buscar mais conhecimento. O COMUI sabe bem os eu papel, eu sei bem o nosso papel, e quando não sei eu vou buscar. Temos mais alguma coisa? SR. ROBERTO RODRIGUES - SMS: Eu estou inscrito. Eu quero concordar com o Beccon, que o Conselho e a comissão não tem

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

como adivinhar a intenção da entidade. Elas têm uma certa individualidade e as ideias delas não são passadas por telepatia, para que haja uma análise completa e correta do pensamento da entidade foi criada uma estrutura chamada projeto, justamente para que dentro desse projeto o pensamento seja materializado para que possam emitir uma opinião válida entre as partes, com direito de um lado, dever do outro e vice versa. Então, o projeto é fundamental que seja bem instruído, sob pena de, de fato, o Conselho diminuir a importância que o Beccon colocou com muita propriedade já, a necessidade de uma análise veloz, que eu acredito na (Inaudível). O que não pode é se rum mero chancelador de documentos, até porque a captação é algo importante, fundamental, porque não está se captando recursos privados, são recursos públicos, é o dinheiro de toda a sociedade. Aqui só passa dinheiro público e o uso do dinheiro público é absolutamente regrado e ainda assim acontecem problemas graves. O que não podemos é aprovar projetos que possam gerar dúvida e abalar a credibilidade deste Conselho. Eu não abro mão de uma defesa intransigência, de que as coisas tenham certeza e transparência. (Inaudível). A preocupação é dentro deste papel, essa relação que não está documentada no meio desta folha azul e desta branca, não existe política nenhuma. O que pode ser exigido tem que estar registrado aqui. Para concluir, não há ideia nenhuma, pensamento algum, há uma transparência total, qualquer um dos conselheiros pode participar, as entidades são chamadas. Principalmente, não existe relação política nos processos aqui, o que não for colocado pela entidade aqui dentro não há como exigir, cobrar ou se relacionar. Basicamente, é colocar porque a análise tem um certo critério. E, sinceramente, à luz do Ministério Público e do Tribunal de Contas, sob o qual este Conselho está vivendo, se alguém entender que esta luz está ofuscando é fácil, é só não se submeter a ela. Infelizmente, é a regra e todos nós estamos aceitando. A comissão está 100% aberta, nós auxiliamos, a intenção é esta. Tudo vai ser feito com transparência e tenho certeza que o Beccon, o Boss e todos que apresentaram projetos aqui, eu duvido que achem diferente do que eu disse agora. SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS: Nós somos pautados aqui dentro pelo respeito à comissão e pela consciência de que as comissões estão cumprindo a sua parte. Eu figuei confusa com a tua colocação, porque começou de um jeito e terminou de outro. Temos o maior respeito pelas comissões. Eu peço que se reúnam mais uma vez para cumprir o nosso papel, porque o que o Beccon falou é certo, não podemos sair em licença e deixar assuntos pendentes. Segundo, gente, não há diferença para mim entre um projeto de R\$ 10 milhões e nem os de R\$ 30 mil. Não admito, não aceito, não concordo qualquer questão em relação a isso! O COMUI tem que ter o mesmo carinho e respeito pelas instituições pequeninhas também. Agora não vamos nos alongar mais. Vamos ver o que tem de projetos. SR. ROBERTO RODRIGUES - SMS: Nós não recebemos projetos. O que eu tenho agui? Tenho da ACELB... Só para encerrar, a minha fala pode ter gerado confusão, porque eu respondi várias questões pontuais e vi que tem um tem que é recorrente a respeito dos limites da comissão. Então, seguinte vai discutir no seminário. Agora, falando pela Comissão de Projetos, nós temos o projeto da ACELB, que foi analisado pela comissão, tem como denominação - integração social, um ambiente natural como forma de socialização e convivência com a natureza. É um projeto que prevê a construção de um jardim sensorial e um bosque aromático, transformando as áreas degradadas existentes em nossos terrenos em espaços de integração social. Além de aprimorar o aspecto estético do local este projeto contribuirá para o estímulo dos quatro sentidos do ser humano de moradores, familiares, visitantes, trabalhadores e grupos de idosos da comunidade. A característica da casa é de idade avançada e com deficiência visual. O projeto tem um custo total de R\$ 427.250,0, com a retenção de R\$ 21.362,50. O parecer da comissão, a comissão visitou o local onde irá ser construído o projeto e

249250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269 270

271

272273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286 287

288

289

290

291

292293

294

295296

297

considera-se aprovado para a captação de recursos. SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS: Próximo. SR. ROBERTO RODRIGUES - SMS: Não tem que votar? SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS: Já que foi aprovado, passa todos e depois aprovamos. SR. ROBERTO RODRIGUES - SMS: Próximo projeto é a SOCIEDADE ESPÍRITA MARIA DE NAZARETH, as projetos de manutenção geral do prédio, substituição de pisos em todas as dependências da casa, adequação de banheiros, substituição de telhado, adequação da proteção das escadas e corredores, drenagem do terreno, projeto e execução do PPCI, construção de jardim de inverno, construção de vaga de estacionamento, deck em frente ao prédio, reforma da cozinha, instalação do circuito de TV fechado, construção de oficinas, depósito, lavanderia, substituição de portas e janelas, pintura interna dos apartamentos, reforma e adequação da rede elétrica e aquisição de um veículo. O valor total do projeto é de R\$ 2.118.722,00, a retenção prevista é de R\$ 108.256,10. O parecer da comissão, com tudo já citado, (Inaudível), as melhorias estão em andamento por projeto anteriormente aprovado e as necessidades permanecem para fins de promoção e melhor qualidade de vida ás 31 idosas atendidas, atendendo a legislação do PPCI, conforme legislação dos órgãos competentes. O projeto é claro e corente. De acordo com a gerência da entidade está prevista a partir deste projeto a ampliação do número de moradores da entidade. passando de 31 para até 45 idosas. Portanto, nosso parecer é favorável a este projeto, que pretende ampliar o atendimento a idosas de Porto Alegre. Era esses dois projetos. SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS: E pendentes o que nós temos? SR. ROBERTO RODRIGUES - SMS: Tem o projeto da SMED, que solicita transporte para visita de alunos às instituições, aguarda esclarecimento por parte da secretaria e deliberação nossa também, porque o projeto tem uma proposta ampla. No momento oportuno colocaremos. CASA DO ARTISTA RIO-GRANDENSE, em reunião em agosto, teve algumas solicitações à entidade, até agora não apresentaram. A ASSOCIAÇÃO DOS FERROVIÁRIOS também, em reunião em outubro, também precisa de ajustes e estamos aguardando para trazer de volta para reavaliação. Tem outro projeto do GUSTAVO NORDLUND, que é outro projeto de PPCI, que extraoficialmente foi comunicado que é muito esse valor e não teria havido acerto da entidade com os prestadores de serviço e que a entidade vai retirar esse projeto, porque não conseguiu fazer. O projeto do VIVA À VIDA que está aguardando agendamento para avaliação. O último projeto não foi protocolado, não foi oferecido oficialmente para avaliação da comissão, que é o projeto do IGG, é um projeto que não veio oficialmente, não tem maiores informações. Não cabe a nós questões menores, questões administrativas e está sendo encaminhado à entidade para corrigir e reapresentar. Os projetos pendentes dependem das entidades e não da comissão. SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS: Eu pediria o auxilio do Jader, a Cristina nos deve uma documentação ainda do asilo em relação ao oferecimento espontâneo de contrapartida, mas ficou em aberto e estamos aquardando para formalizar. Eu pediria para que encaminhasse o mais rápido possível para não dizer que estava em incompetência e inoperância. Então, correspondência para a Casa do Artista, os Ferroviários, o Gustavo e a Viva à Vida, nós temos que nos manifestar, ou precisam do dinheiro ou não precisam do dinheiro, aí nos fazem perder tempo. Tem coisas que estão há bastante tempo. Então, temos que ver o que está acontecendo. Então, temos o projeto da ACELB, já relatado, seguiu os trâmites normais, foi aprovado pela comissão. Entramos em votação, todos à favor levantem a mão.algum voto contrário? Abstenções? Uma abstenção da entidade. Foi APROVADO por unanimidade o projeto da ACELB. A Sociedade Espírita Maria de Nazareth, é um projeto bastante extenso, que também seguiu os trâmites normais, foi aprovado, já relatado pelo Roberto. Então, em votação, levantem o braço todos que desejam aprovar o

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314315

316

317

318

319

320

321 322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337 338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

projeto. Abstenções? Abstenção só da representante? Três abstenções. SR. JADER FERNANDES - Assessoria Executiva COMUI: Foram 13 votos favoráveis e 03 abstenções. SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS: Então, APROVADO o projeto e encaminhamos para os trâmites normais. Nós recebemos uma correspondência. (Leitura): "Venho por meio deste solicitar cordialmente a apreciação do pedido da Estratégia de Saúde da Família Domenico Feoli - Posto de Saúde Rubem Berta, a fim de darmos encaminhamento à solicitação de um ônibus para transportar 44 idosos que são atendidos do ESF. Em anexo o cronograma do passeio da visita dos idosos. Atenciosamente, André Canal". Nós já temos liberado o onius do Viva à Vida, que não foi utilizado. Como é para idosos, vão fazer a passeio, vão fazer a rota romântica, são 44 idosos, nada nos impede já que temos aprovado. Então, que eles sejam contemplados. SR. PAULO SÉRGIO LEITE BECCON - SPAAN - Sociedade Porto Alegrense de Auxílio aos Necessitados: Cheios de amor para dar. (Risos da plenária). SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS: Então, em votação a liberação do transporte para esses jovens que vão fazer a rota romântica... SR. JADER FERNANDES - Assessoria Executiva COMUI: Qual o valor? SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS: O valor nós já tínhamos aprovado. Deve estar um pouco mais. Aqui não fala do valor, porque a UPEO é quem faz o levantamento, mas como já estava aprovado aquele valor. SR. JADER FERNANDES - Assessoria Executiva COMUI: Mas só para colocar um valor até, para constar na resolução. SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS: Então, vamos votar até R\$ 500.00. (Falas concomitantes em plenária). SR. ROBERTO RODRIGUES - SMS: Podemos fazer um teto de até R\$ 1 mil. Pode ser? SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS: Então, em votação o valor de até de R\$ 1 mil para o transporte de 44 idosos da Estratégia de Saúde da Família Domenico Feoli – Posto de Saúde Rubem Berta. Quem aprova levante o braço: 15 votos. Abstenções? Nenhuma abstenção. APROVADO. Tem a Comissão de Registros ainda? Eu peço que para a próxima reunião vocês sempre encaminhem ao Jader o que será passado, o que entrará em pauta. SRA. CRISTINA POZZER MESQUITA - Asilo Padre Cacique: Só não sabemos o que tem pendente. SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS: Mas como não sabem? Jader, por favor, traga a pasta, nós temos que saber o que temos aqui dentro. Enquanto isso vaia apresentando este. SRA. CRISTINA POZZER MESQUITA - Asilo Padre Cacique: Nós queremos apresentar o da FIJO. Nós temos um pedido de inscrição da FIJO, onde foi feita a visita, a documentação está ok. O objetivo, é um projeto específico que se chama universidade para a maturidade. Dentro desse projeto tem atividades formativas, voltadas para várias instituições, de qualificação, atualização e educação continuada. Qualificação para as organizações públicas e privadas com os serviços que atuam na defesa da pessoa idosa. Depois as atividades específicas com idoso, como oferecer atividades de ensino, qualificação lazer e desenvolvimento humano, vidando atualização profissional. Tem o serviço de apoio jurídico e psicossocial para pessoas idosas e famílias. Também promover eventos que favoreçam o fortalecimento de vínculos e inclusão da pessoa idosa no convívio familiar e social. Eles têm uma previsão para atender 150 idosos diretamente. O espaço e a estrutura são específicos no local, na PUC. A FIJO tem um CNPJ próprio, desvinculado da PUC, ocupa o espaço porque desenvolve um recurso dos estágios, dos alunos da PUC. Já elaboraram projetos na área de elaboração de projetos sociais e captação de recursos. Realmente, agora estão com um projeto para início a partir de 2015, tem o cronograma para 12 meses para essas questões que eu coloquei. O parecer da comissão é favorável à inscrição da FIJO. SR. JADER FERNANDES - Assessoria Executiva COMUI: Nós temos 08 projetos pendentes, aguardando. SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS: Cristina, eu pediria que na próxima reunião tu nos

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381 382

383

384

385

386

387

388 389

390

391

392

393

394

395

396 397

relatasses o que falta desses. SR. ÂNGELO JOSÉ GONÇALVES BOS - Instituto de Geriatria e Gerontologia da PUC/RS: Só por uma questão de quorum, que está apertado, eu gostaria de saber como se dá a guestão da falta justificada, porque a FASC hoje não se faz representar. Eu sei que a Graça e a Anira justificaram, mas se não poderia vir outro representante da FASC. Bom, mas voltando, o projeto da PUC foi enviado há mais de 10 dias e só hoje eu figuei sabendo da necessidade de uma assinatura e não ter podido passar para ser aprovado, simplesmente por causa de uma assinatura, que foi o que eu entendi. De toda forma, a pergunta sobre o quorum, como temos, como não temos? SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS: Na semana passada não tivemos *quorum*, nada foi aprovado. Nós pedimos que o nosso administrativo encaminhasse um email para todos os conselheiros, solicitando a presença de todos e convocando os suplentes, porque caso os conselheiros não estivessem os primeiros suplentes assumiriam. Em relação à FASC, até o presente momento a instituição indica um titular e um suplente. Não tem três representantes. A questão é ocasional, porque quando não a Graça não vem a Anira vem. Desta vez enviaram a justificativa. É o que consta no regimento. SR. ÂNGELO JOSÉ GONÇALVES BOS -Instituto de Geriatria e Gerontologia da PUC/RS: Não é a primeira vez que os dois da FASC não comparecem na reunião. Então, não é algo raro. Justamente, foi no momento em que precisamos tratar das vagas e não tínhamos nenhum representante da FASC. Já aconteceu com alguma secretaria acho que foi a Saúde, em que os conselheiros não estavam e veio um representante. (Falas concomitantes em plenária). SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS: Talvez tenhamos respostas para tudo isso no momento da avaliação do regimento interno. Agora ficou tudo para março. Talvez tenhamos que formar uma comissão para tratar disso. SR. SÍLVIO JURAMAR LEAL -Direitos Humanos/Secretaria Adjunta do Idoso: Eu gostaria de fazer uma defesa, não é sempre que isso ocorre com a FASC, sempre estiveram presentes, isso não é normal. (Falas concomitantes em plenária). Elas sempre foram solidárias em participar das reuniões. SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS: Gente, nós temos que votar. SRA. GENECI TEREZINHA DOS SANTOS DE SOUZA - Amparo Santa Cruz: A Graça estava na praia com os idosos. SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA -ANAPPS: Eu sei, o Lucas estava junto representando. Então, nós temos aqui a apresentação de toda a documentação para a inscrição da FIJO. Já que foi aprovado pela comissão, entramos em votação, que aprova a inscrição da FIJO levante a mão: 14 votos. Abstenções? APROVADO por unanimidade. Bem-vinda a FIJO. Temos ainda a aprovação das atas 23 e 24, também se vamos ter o nosso recesso. Qual a ideia dos senhores? SR. ÂNGELO JOSÉ GONÇALVES BOS - Instituto de Geriatria e Gerontologia da PUC/RS: De 20/12 a 20/01. SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS: Alguma outra sugestão? SR. SÍLVIO JURAMAR LEAL - Direitos Humanos/Secretaria Adjunta do Idoso: De 20/12 a 31/01. SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS: Alguma outra sugestão? (Falas concomitantes em plenária. entrando em votação, temos duas propostas. SR. ÂNGELO JOSÉ GONCALVES BOS - Instituto de Geriatria e Gerontologia da PUC/RS: Posso ajustar as propostas? Que a última seja em 17/12, retornando dia 19/01. SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS: A proposta do Sílvio, de 20/12 a 31/01. Então, em votação o período de recesso do Conselho sem prejuízo do atendimento social e da parte administrativa, que continuará normalmente. Votamos a proposta de 17/12 a 20/01, quem está a favor levante o braço: 01 voto. A proposta de 20/12 a 31/01, quem aprova levante a mão: 13 votos. APROVADA a proposta do Sílvio, de 20/12 a 20/01 o nosso recesso. Aprovação das Atas 23 e 24, que todos tiveram oportunidade de ler. Alguma sugestão, alteração? Em votação a Ata 23, quem é favorável levante o braço: 14 votos.

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411 412

413

414

415

416

417

418 419

420

421

422 423

424

425

426

427

428

429

430 431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442443

444

445

446

447

Abstenções? Votos contrários? APROVADA a Ata 23. Agora a Ata 24, alguma alteração, sugestão? Em votação, bracinho para o alto quem está aprovando a Ata 23. APROVADA por unanimidade a Ata 24. A última colocação do conselheiro. SR. ROBERTO RODRIGUES - SMS: falando em nome da Comissão de Projeto, só guero esclarecer ao Ângelo que a Comissão de Projetos tem uma pauta privilegiada sempre. Na verdade, só esclarecendo, já que levantou dúvida e até indignação pelo determinado fato, não sei se com a comissão ou com o COMUI, não sei endereçado a quem, mas que na nossa avaliação pelo menos não procede em relação ao COMUI e á comissão. O projeto, na nossa opinião, ainda não é um projeto, porque não foi protocolado, não tem capa e não tem assinatura. Foi recebido no dia 21/11, sexta-feira, e apreciado na semana seguinte e já tem a primeira manifestação. Não podemos substituir atos de legitimidade do processo, tem requisitos básicos de qualidade do poder público que confirmam, assim como já houve problemas da PUC se entender em quem assina o termo. Essa dúvida foi de tal gravidade, que um valor aprovado em plenária não foi disponibilizado porque a entidade não definiu quem assinava, não assinou a tempo e acabou inviabilizando um recurso. Então, às vezes, não é preciosismo, a gente está preservando as entidades dessas questões. Esta foi a primeira oportunidade para manifestar a questão. Eu acho que o pleno não é para tratar de questões administrativas. (Falas concomitantes em plenária). Podemos marcar uma reunião para esclarecimentos. SR. ÂNGELO JOSÉ GONCALVES BOS - Instituto de Geriatria e Gerontologia da PUC/RS: Eu segui exatamente os passos que fora enviados, exatamente nos mesmos passos. Eu confesso que não tenho agui acesso a esse documento, posso rever o documento, mas os passos foram guiados e dentro da forma, foi encaminhado para cá. Agora, se está faltando algum documento, algum ato do processo, poderia ter sido comunicado com um pouco mais de antecedência. SR. ROBERTO RODRIGUES - SMS: A reunião foi na sexta-feira e na terça. Eu disponibilizo, eu lhe passo para ver se é o seu projeto. SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS: Eu sugiro, Bos, que tu analises bem para não termos mais problema, quem assina, qual instituição, para não termos mais problemas. Bom, encerramos a presente reunião e agradecemos a presença de todos os companheiros.

478 479

449 450

451

452

453

454

455

456

457 458

459

460

461

462

463

464 465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

- Encerram-se os trabalhos e os registros taquigráficos às 12 horas.

480 481

482 Taquígrafa: Patrícia Costa Ribeiro 483 Registro nº 225257/2003 - FEPLAM 484 TG Tachys Graphen – CNPJ 10.133.150/0001-07.